



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS SANTA LUZIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Santa Luzia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS SANTA LUZIA

Reitor:	Kléber Gonçalves Glória
Pró-reitor de pós-graduação:	Fernando Gomes Braga
Diretor-geral do <i>campus</i>:	Wemerton Luis Evangelista
Diretora de ensino:	Samantha Cidaley de Oliveira Moreira
Coordenadora do curso:	Simone Parrela Tostes

**Comissão pedagógica do Programa de Pós-Graduação Latu Senso
(PGLS) em Proteção e Defesa Civil**

Representante docente IFMG campus Santa Luzia:	Simone Parrela Tostes
Representante docente IFMG campus Santa Luzia:	Suelem Sonaly Lima Oliveira
Representante do setor pedagógico IFMG campus Santa Luzia:	Tarcísio Pereira Pinto
Representante CBMMG:	Maj BM Herbert Aquilo Marcelino
Representante CBMMG:	2º Ten BM Jaqueline dos Santos

SUMÁRIO

1. DADOS DO CURSO	4
2. APRESENTAÇÃO	5
3. JUSTIFICATIVA.....	6
4. OBJETIVOS DO CURSO	8
4.1 Objetivo geral.....	8
4.2 Objetivos específicos.....	8
5. FUNDAMENTAÇÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES	9
6. FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	11
7. ESTRUTURA DO CURSO	11
7.1 Do corpo docente e linhas de atuação	11
7.2 Prazo de integralização e organização curricular	13
7.3 Da oferta de disciplinas e orientação a distância.....	14
7.4 Metodologia de ensino	14
7.5 Do trabalho de conclusão de curso.....	14
7.6 Da emissão do certificado	15
7.7 Do colegiado de curso	15
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
APÊNDICE A – DISCIPLINAS DO CURSO.....	19
APÊNDICE B – CALENDÁRIO DO CURSO	28

1. DADOS DO CURSO

Denominação do curso	Especialização em Proteção e Defesa Civil
Qualificação conferida	Especialista em Proteção e Defesa Civil
Nível	Pós-Graduação <i>lato sensu</i>
Modalidade de ensino	Educação a distância
Carga horária	400 h
Área de conhecimento	Administração (CAPES: 60200006 / CNPq: 6.02.00.00-6) Administração Pública (CAPES: 60202009 / CNPq: 6.02.02.00-9)
Regime escolar	Anual
Numero de vagas	60 vagas (oferta inicial) ²
Início do curso	2023/2
Endereço do curso	Rua Érico Veríssimo, 317 – Londrina, Santa Luzia (MG), CEP: 33.115-390
Forma de ingresso	Processo seletivo institucional
Público alvo	Profissionais graduados nas mais diversas áreas do conhecimento que tenham interesse e/ou necessidade de se capacitarem para atuar com Proteção e Defesa Civil: integrantes de quadros da Administração Pública nas esferas municipal, estadual e federal, Bombeiros, Policiais Militares; integrantes de quadros de Empresas Privadas e do Terceiro Setor; profissionais que atuam ou tenham interesse em atuar como gestores de crises, gestores de operações em emergências ambientais, assim como pesquisadores, profissionais de planejamento urbano, arquitetos, engenheiros, geólogos e geógrafos, profissionais das áreas ambiental, de segurança do trabalho; técnicos vinculados a grupos, coletivos e instituições ou mesmo profissionais autônomos interessados na temática.
Ato legal de autorização	Autorizado pela resolução n. 15/2023 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG, 2023).

² Anualmente, mediante aprovação do colegiado de curso, o número de vagas pode ser alterado em função do corpo docente credenciado.

2. APRESENTAÇÃO

O curso de Especialização em Proteção e Defesa Civil une em parceria inédita o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais campus Santa Luzia e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Trata-se de uma inovação pioneira no âmbito do IFMG e também em âmbito nacional, sendo um dos primeiros cursos de Pós-Graduação do país a abordar a temática da Proteção e Defesa Civil em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar.

O egresso do curso de Especialização em Proteção e Defesa Civil (PDC) será capaz de trabalhar com boas práticas da Proteção e Defesa Civil e na Gestão de Riscos e Desastres, e de atuar na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em situações de desastres ambientais e desastres tecnológicos.

Neste curso, além das temáticas específicas a serem apresentadas ao longo deste projeto, dá-se especial incentivo à produção científica, item obrigatório de seu currículo. Assim, além de aperfeiçoar o conhecimento dos principais temas relacionados às boas práticas em Proteção e Defesa Civil, o egresso terá exercitado sua maturidade científica tornando-se apto para continuidade dos estudos em outros níveis como, por exemplo, em cursos *stricto sensu*.

3. JUSTIFICATIVA

O curso destaca-se pela contemporaneidade e relevância da temática, sendo evidente a demanda social por profissionais cada vez mais capacitados para atuarem na Gestão do Desastre e do Risco de Desastres. Cada vez mais, as comunidades são afetadas por eventos adversos que excedem a capacidade de resposta local, exigindo ações integradas e coordenadas de entes públicos e privados. De fato, dinâmicas locais e extra-locais interagem por meio de modelos de desenvolvimento que conformam historicamente territórios e coletividades, conformando também os riscos e os diversos graus de proteção ou suscetibilidade aos quais territórios e coletividades estão expostos. Na sociedade brasileira, caracterizada por desigualdades estruturais, há inúmeros grupos sociais levados a condições bastante precárias de vida e à maior susceptibilidade aos efeitos negativos de eventos adversos de várias naturezas. Condições econômicas e de saúde, capacidades físicas, seguridade social, redes de apoio, mas também localização e condições de moradia, abrangência e condições das redes de infraestrutura urbana e de equipamentos coletivos, dentre outros aspectos, conformam as dinâmicas que influenciam a produção de riscos e a capacidade de reação, adaptação e superação de danos. Conforme ressaltado por Porto (2012), a Gestão de Riscos deve ser pensada de maneira integrada e contextualizada, tanto no nível global das estruturas sociais, políticas e econômicas, quanto no nível local, por meio de novas práticas, relações, conceitos e valores que reduzam as vulnerabilidades existentes e possibilitem uma melhoria efetiva e duradoura das condições de vida de grupos e de territórios.

A construção de estratégias de ação coletiva e de redes que integrem movimentos sociais, grupos, instituições governamentais e não governamentais é fundamental no âmbito da Proteção e Defesa Civil. A formação de profissionais que possam buscar atingir os objetivos de reduzir os riscos de desastres, prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres, recuperar as áreas afetadas por desastres, incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos de planejamento e gestão territoriais e do planejamento das políticas setoriais, assim como promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil, demanda uma abordagem ampla e ao mesmo tempo direcionada à alta demanda prática que os técnicos de Proteção e Defesa Civil são submetidos em seu dia a dia. O curso promove uma oportunidade importante de produção e de transformação do conhecimento científico e da própria sociedade, ao ensejar uma interlocução efetiva entre diversos saberes, práticas e agentes sociais.

Além disso, no âmbito institucional, é importante ressaltar que a concepção do curso vai ao encontro das finalidades e objetivos dos IF's previstos na Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008 de criação dos Institutos Federais, expressos no PDI e no PPI do IFMG, no condizente à formação e qualificação de cidadãos com vistas na atuação profissional, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; à orientação de sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, buscando constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

No âmbito educacional, o curso atende ao disposto na Lei 9.384/1996, que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional, e na Resolução nº 1 de 6 de abril de 2018, que estabelece as diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação Lato Sensu no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, assim como na Resolução nº 37 de 10 de Dezembro de 2020, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFMG.

Cabe salientar, ainda, a política de Extensão estabelecida pela Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências, à qual o curso se alinha no condizente à interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Na presente proposta tal interação se efetiva mediante a própria parceria entre o IFMG e o CBMMG e também pela oferta de cursos e/ou atividades de extensão relacionados aos conteúdos de suas disciplinas. Na oferta inicial, estão previstos cursos de extensão derivados das disciplinas “Introdução à Proteção e Defesa Civil” e “Construindo cidades resilientes, gestão em redes e participação comunitária em PDC”. O escopo dessas atividades será continuamente avaliado pelo Colegiado de curso, que poderá rever ou ampliar a oferta de atividades de extensão.

4. OBJETIVOS DO CURSO

A contribuição do curso para o campo profissional e de estudos é evidente e sua proposta se efetiva na sistematização, no desenvolvimento e no compartilhamento de conhecimentos, experiências e saberes voltados à capacitação de profissionais que pretendem atuar na área de Proteção e Defesa Civil, e ao aperfeiçoamento e à atualização de profissionais já atuantes, consolidando e fortalecendo o campo multiprofissional da Proteção e Defesa Civil.

Para maior aprofundamento, extensão e qualidade dos estudos, o curso tem como proposta o incentivo à construção de um trabalho final que consiste em uma monografia ou em um produto técnico, conforme regulamento do curso disponível na página eletrônica do IFMG Campus Santa Luzia.

O curso está organizado de maneira a preparar o egresso desta pós-graduação para a melhoria de sua prática profissional e para a continuidade dos estudos em outros níveis de pós-graduação (como mestrado e doutorado), em razão da capacitação para a pesquisa científica dada por este curso.

4.1 Objetivo geral

Formar egressos capazes de criar ações de Proteção e Defesa Civil nos âmbitos governamentais e empresariais, unindo a comunidade com ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação (reconstrução/reabilitação), sabendo da importância e técnicas de Gestão de Desastres, mas focando suas forças na Gestão do Risco de Desastre.

4.2 Objetivos específicos

- 4.2.1.1 Conhecer os processos e riscos hidrológicos, geotécnicos e tecnológicos;
- 4.2.2 Conhecer a legislação Internacional, Nacional, Estadual e Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- 4.2.3 Conhecer as medidas estruturais e não-estruturais de Proteção e Defesa Civil;
- 4.2.4 Conhecer e executar ações de geoprocessamento e mapeamento para Proteção e Defesa Civil;
- 4.2.5 Aplicar o Sistema de Comando de Operações em Desastres e Operações planejadas no âmbito da Proteção e Defesa Civil;
- 4.2.6 Conhecer as melhores práticas de Proteção e Defesa Civil como Construindo Cidades Resilientes e outras;
- 4.2.7 Apresentar TCC em formato monografia ou produto, acompanhado da declaração de anuência assinada pelo coordenador.

5 FUNDAMENTAÇÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

A presente proposta alinha-se ao Marco de Sendai (2015), documento que formaliza, em âmbito global, a intenção dos países em buscar a redução substancial de riscos de desastres e perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, bem como de ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas e comunidades. O documento foi definido na Assembleia do Escritório de Redução de Riscos de Desastres da ONU, realizada na cidade de Sendai, no Japão, em 2015. Alcançar o objetivo exige o reforço da capacidade de implementação e das capacidades dos países em desenvolvimento, particularmente dos países menos desenvolvidos e dos países de renda média que enfrentam desafios específicos como é o caso do Brasil: desastres de toda monta, passando por grandes incêndios florestais, seca, chuvas e tormentas, inundações, deslizamentos de terra e soterramentos, além dos desastres do sistema viário e sistema de saúde.

Nacionalmente, a Lei Federal 12.608, de 10 de abril de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Como diretrizes, a Lei Federal 12608 estabelece a atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas; a abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação; a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres; a adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água; o planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional; a participação da sociedade civil.

Anteriormente, em 2011 a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) teve por missão implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil e emitir alertas de desastres naturais. O centro visa a auxiliar ações preventivas e possibilitar a identificação de vulnerabilidades no uso e na ocupação do solo, com destaque para o planejamento urbano e a instalação de infraestruturas. (BRASIL, 2016).

Também o Relatório 2022 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) traça um cenário preocupante sobre os efeitos das mudanças climáticas, estabelecendo uma relação direta entre aumento das temperaturas globais e aumento de riscos. O IPCC é o Painel intergovernamental que foi criado em 1988 sob a Organização Meteorológica Internacional (WMO) e sob o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e aprovado pela Assembleia Geral da ONU para subsidiar tomadas de decisão sobre a base científica da mudança do clima, seus impactos e riscos futuros, assim como opções para adaptação a estas

mudanças e mitigação de suas causas (KLUG; MARENGO; LUEDEMANN, 2016). O Relatório 2022 enfatiza que desigualdade, conflitos e desafios de desenvolvimento e vulnerabilidade aos riscos climáticos não apenas aumentam a suscetibilidade aos perigos, como prejudicam a capacidade de adaptação das comunidades às mudanças climáticas. Segundo o Relatório, em nações vulneráveis, a mortalidade decorrente de secas, tempestades e inundações entre 2010 e 2020 foi 15 vezes maior do que em países de baixa vulnerabilidade (IPCC, 2022).

Além desses marcos referenciais, a proposta do curso dialoga também com estudos da Ecologia Política, da Justiça Ambiental, dos Estudos Ambientais e dos Estudos Urbanos, sobre conceitos de risco, percepção de risco, gestão de riscos, conflitos, danos e vulnerabilidade no âmbito socioambiental, além de normativas sobre Gestão de Desastres, conceitos e atividades de Proteção e Defesa Civil.

A partir da identificação dos problemas ambientais urbanos com ênfase nos riscos, vulnerabilidades e gestão urbana, em uma abordagem alinhada à já citada Lei Federal 12608, Costa (2019) ressalta a importância de ir além da identificação de eventos e desastres em uma gestão urbana propositiva e proativa que não se atém à mera resposta aos eventos.

Spink (2018) aborda a emergência da questão da percepção de risco, apresentando uma síntese dos debates e das contribuições de diversos campos do saber na definição do conceito de risco. Já Porto (2012) estabelece princípios para uma compreensão integrada e contextualizada de riscos em contextos vulneráveis e em situações de injustiça ambiental. Na perspectiva da Ecologia Política dos Riscos, o autor destaca a importância de integração do fenômeno da saúde humana com a saúde dos ecossistemas em geral, acentuando que os riscos que geram destruição e morte são produzidos por decisões e ações humanas em estruturas sociais e políticas de poder. Enfrentar os riscos ambientais significa, portanto, indagar o modelo de desenvolvimento, as estruturas de poder, as bases do conhecimento hegemônico, os valores e intenções que produzem decisões e ações e, em última instância, a consciência humana. Souza (2019) corrobora com este entendimento, apresentando a Ecologia Política como campo de conhecimento interdisciplinar que envolve a cooperação e o intercâmbio entre as ciências da sociedade e as da natureza, e lida com “todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos, etc.) em marcos histórico-geográficos concretos e específicos.” (SOUZA, 2019, p.98).

Além disso, considerando-se a multidisciplinaridade da Proteção e Defesa Civil e as interfaces com temáticas abordadas nos diversos cursos do IFMG campus Santa Luzia tais como Topografia, Hidrologia aplicada, Engenharia Ambiental, Geoprocessamento, Planejamento Urbano, Estudos Socioambientais, dentre outras, considera-se que a proposta tem grande potencial de favorecer a consolidação futura de um Mestrado, cumprindo com as finalidades e

objetivos dos Institutos Federais na promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

Podem se matricular no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Proteção e Defesa Civil os portadores de diplomas de cursos de graduação emitidos por instituições nacionais, legalmente válidos, ou por instituições estrangeiras, desde que os diplomas sejam reconhecidos no Brasil, que tenham sido aprovados em processo seletivo próprio do IFMG ou do CBMMG.

A seleção será realizada mediante análise do currículo dos candidatos, conforme critérios de seleção divulgados nos Editais. São oferecidas 60 vagas no total para a turma de 2023, das quais 30 destinam-se a candidatos selecionados por meio de edital interno do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e as outras 30 a candidatos selecionados por meio de Edital do IFMG.

Para atendimento à Resolução CNE/CEB nº 06/2012, pode haver processo seletivo alternativo para turmas extras.

7 ESTRUTURA DO CURSO

7.1. Do corpo docente e linhas de atuação

O Corpo Docente do curso, discriminado no quadro abaixo, é formado por docentes servidores do IFMG campus Santa Luzia e por oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (Este quadro pode sofrer atualização periódica):

Quadro 1 – Corpo docente.

DOCENTE	DISCIPLINA /COMPONENTE CURRICULAR	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Breno Luiz Thadeu	TCC (componente curricular obrigatório)	Doutorado	IFMG campus Santa Luzia
Leandro de Aguiar e Souza	Geoprocessamento e Mapeamento em PDC e Vistorias técnicas em áreas de risco	Doutorado	IFMG campus Santa Luzia

Marcos Vinícius Vieira Pereira	Identificação e Gerenciamento de Riscos	Mestrado	IFMG campus Santa Luzia
Neimar Freitas Duarte	Metodologia da Pesquisa aplicada à PDC	Doutorado	IFMG campus Santa Luzia
Simone Parrela Tostes	Construindo cidades resilientes, Gestão em redes e participação comunitária em PDC	Doutorado	IFMG campus Santa Luzia
Verônica Bernardes de Souza Leo	Identificação e Gerenciamento de Riscos	Doutorado	IFMG campus Santa Luzia
Maj BM Fellipe Augusto Maciel de Faria Mota Oliveira	Captação de Recursos para aplicação de políticas públicas de PDC	Especialização	CBMMG
Cap BM Filemon Henrique Costa Fernandes	Geoprocessamento e Mapeamento em PDC e Vistorias técnicas em áreas de risco	Mestrado	CBMMG
	Elaboração e Gestão de Projetos de PDC, Medidas Estruturais e Não-Estruturais em PDC		
Cap BM Filipe Silvano Andrade	Elaboração e Gestão de Projetos de PDC, Medidas Estruturais e Não-Estruturais em PDC	Especialização	CBMMG
Maj BM Herbert Aquino Marcelino	Introdução à Proteção e Defesa Civil	Especialização	CBMMG
2º Ten BM Jaqueline dos Santos	Introdução à Proteção e Defesa Civil	Especialização	CBMMG
	Construindo cidades resilientes, gestão em rede e participação comunitária em PDC		
Ten-Cel Moisés Magalhães de Souza	Geoprocessamento e Mapeamento em PDC e Vistorias técnicas em áreas de risco	Mestrado	CBMMG
Cap BM Paulo Henrique Camargos Firme	Gestão em Desastres: Sistema de Comando de Operações, Abrigos Humanitários, Acolhida em Desastres e Comunicação Social em Emergência e Desastres	Especialização	CBMMG

Cap BM Rafael de Figueiredo Barbosa	Construindo cidades resilientes, gestão em redes e participação comunitária em PDC	Especialização	CBMMG
	Captação de Recursos para aplicação de políticas públicas de PDC		
Maj BM Kleber Silveira de Castro	Gestão em Desastres: Sistema de Comando de Operações, Abrigos Humanitários, Acolhida em Desastres e Comunicação Social em Emergência e Desastres	Especialização	CBMMG

Fonte: os próprios autores.

7.2. Prazo de integralização e organização curricular

O prazo mínimo de integralização é de 1 período letivo e o prazo máximo é de 2 períodos letivos, conforme critérios definidos no regulamento do curso, disponibilizado no sítio do IFMG Santa Luzia

O curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Proteção e Defesa Civil tem regime de matrícula anual. Para conclusão do curso, é necessária aprovação em todas as disciplinas e realização do “Trabalho de Conclusão de Curso” conforme regulamento do curso. As disciplinas obrigatórias do curso são vistas no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Estrutura curricular do curso.

DISCIPLINA	CH	CRÉDITOS
Introdução à Proteção e Defesa Civil	30	2
Identificação e Gerenciamento de Riscos	60	4
Geoprocessamento e Mapeamento em PDC e Vistorias Técnicas em áreas de Risco	45	3
Elaboração e Gestão de Projetos de PDC, Medidas Estruturais e Não Estruturais em PDC	60	4
Metodologia da Pesquisa Científica aplicada à PDC	30	2
Captação de Recursos para aplicação de políticas públicas de PDC	45	3
Construindo cidades resilientes, Gestão em rede e participação comunitária	60	4
Gestão de Desastres: Sistema de Comando de Operações, Abrigos Humanitários, Acolhida em	30	2

Desastres e Comunicação Social em Emergência e Desastres		
--	--	--

TCC (componente curricular)	40	-
-----------------------------	----	---

Fonte: os próprios autores.

As ementas e referências bibliográficas para cada disciplina do curso estão apresentadas no Apêndice B.

7.3. Da oferta de disciplinas e orientação a distância

Todas as disciplinas e a orientação são inteiramente à distância. Eventualmente, quando houver disponibilidade logística e mútuo interesse de docentes e alunos, poderá haver atividades presenciais ou remotas síncronas, assegurando-se a oferta de atividades alternativas em regime remoto assíncrono aos estudantes que não puderem participar das atividades presenciais ou síncronas.

7.4. Metodologia de ensino

O ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* será utilizado como veículo principal de atividades assíncronas para o ensino, informes, divulgação de material de estudo, atividades avaliativas, etc. O *YouTube* e/ou plataformas institucionais que vierem a ser instaladas, por sua vez, armazenarão vídeoaulas e/ou demais mídias importantes para o curso.

Outras ferramentas gratuitas serão utilizadas para atividades síncronas como paravídeoaulas, *webchats* e grupos de discussão.

Além disso, o *campus* dispõe de um estúdio EaD amplamente equipado que ficará à disposição dos docentes para gravação de vídeoaulas.

7.5. Do trabalho de conclusão de curso

Além de aprovação em todas as disciplinas, para a conclusão do curso é necessária a aprovação do componente curricular obrigatório “Trabalho de Conclusão de Curso”, cujo formato será de monografia ou produto, acompanhado da declaração de anuência assinada pelo orientador. Definições complementares sobre o TCC constam do regulamento do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso será disponibilizado no repositório institucional para gerar efeito multiplicador das produções do curso.

7.6. Da emissão do certificado

O IFMG campus Santa Luzia expedirá e registrará seus certificados a discentes concluintes do curso em conformidade com o Capítulo VIII da Resolução Nº 37 de 10 de dezembro de 2020.

A expedição de documentos oficiais ocorrerá conforme os seguintes prazos:

1. Certificado e histórico escolar final: em até, no máximo, 90 (sessenta) dias contados da data de Requerimento do aluno;
2. Histórico escolar parcial e outros documentos: em até 60 (trinta) dias contados da data de Requerimento do aluno.

Pontos de atenção:

- A prorrogação do prazo estipulado no inciso I somente poderá ocorrer uma única vez por igual período, desde que devidamente justificado pela Instituição.
- Os documentos somente serão emitidos caso o aluno esteja sem nenhuma pendência documental com o Registro Acadêmico.

No caso de haver pendência documental, mesmo que haja requerimento dos documentos, os prazos para emissão somente serão contados a partir da regularização da situação junto ao Registro Acadêmico

7.7. Do colegiado de curso

O Colegiado é órgão integrante da estrutura organizacional do Curso, responsável pela gestão didático-pedagógica, cujas constituição e competência são estipuladas pela Resolução nº 37 de 10 de Dezembro de 2020, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFMG.

O colegiado de curso, órgão de papel administrativo e deliberativo para todas as questões relativas ao curso, docentes e discentes, se reunirá, presencial ou remotamente, no mínimo duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou por solicitação de 50% mais um de seus membros. As decisões colegiadas serão válidas quando houver presença mínima de 50% mais um, por maioria simples de votos (sendo o voto do presidente computado apenas em caso de empate).

O presidente do colegiado, também coordenador(a) do curso, é responsável pela

interlocução entre o curso, alunos, docentes e a diretoria de pós-graduação (ou órgão equivalente), sendo o agente integrador de todos os atores envolvidos para o bom funcionamento do curso de pós-graduação. Seu mandato e regras para sua escolha entre os pares são regidas por normas do Conselho Acadêmico.

Todas as decisões colegiadas são registradas em atas amplamente divulgadas junto à comunidade acadêmica, prioritariamente, no sítio eletrônico do *campus*, promovendo transparência aos trâmites internos e à gestão do curso.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a constante necessidade de aprimoramento das políticas, diretrizes e aspectos pedagógicos envolvidos na temática da Proteção e Defesa Civil, visualizando, em especial, o alinhamento com as demandas sociais do país, este projeto pedagógico de curso não se configura como documentofinal e acabado. Ao contrário, prima-se pela constante discussão pela sua melhoria, sendo propostas adequações e revisões, sempre que pertinente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n. 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da república**, Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n. 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Presidência da república**, Brasília, DF, dez. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1 de 8 de julho de 2007. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização. **Câmara de educação superior**, Brasília, DF, abri. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, abri. 2012

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE- 2014-2024 e dá outras providências. **Câmara de educação superior**, Brasília, DF, dez. 2018

Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change.” IPCC. Disponível em < <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/> > Acesso em: 22 de Março de 2023. “Impactos das mudanças climáticas: o recado do novo relatório do IPCC para o Brasil.” ClimaInfo, 2022.

COSTA, Reinaldo Corrêa (Org). **Riscos, vulnerabilidades e condicionantes urbanos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019 (Série Estudos Reunidos, Volume 68).

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. Resolução n. 022/2010. Dispõe sobre a aprovação do regimento dos cursos de pós-graduação lato sensu do IFMG. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, jul. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. Resolução n. 047/2018. Dispõe sobre a aprovação do regulamento de ensino dos cursos de graduação do IFMG. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. **Resolução n. 26**

de 23 de agosto de 2019. Plano de Desenvolvimento Institucional. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, ago. 2019.

KLUG, Leticia; MARENGO, José A; LUEDEMANN, Gustavo. **Mudanças climáticas e os desafios brasileiros para implementação da nova agenda urbana**. In: COSTA, Marco Aurélio (Org.). Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de 15 anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. Brasília: IPEA, 2016. p. 303-322.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SPINK, Mary Jane Paris. **Viver em áreas de risco**: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais. São Paulo: EDUC: Terceiro Nome, 2018.

APÊNDICE A – DISCIPLINAS DO CURSO

DISCIPLINA	Introdução à PDC
EMENTA	<p>Conceitos básicos da atividade de Proteção e Defesa Civil. Evolução histórica da atividade de PDC. Ciclo de Proteção e Defesa Civil. Política Nacional e Sistema Nacional de PDC. Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil. Planos Municipais de Redução do Risco. Planos de Contingência. Simulados.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA: BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. [Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112608.htm</p> <p>BRASIL. Noções básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos – Livro base. Ministério da Integração Nacional. 1. ed. Brasília: 2017. Disponível em: http://mi.gov.br/documents/3958478/0/I+-+Gestao+de+Risco+-+Livro+Base.pdf/7f00f4ac-14ba-4813-b3d3-561a703d62a7</p> <p>BRASIL. Resposta: Gestão de Desastres, Decretação, e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil – Livro base. Ministério da Integração Nacional. 1. ed. Brasília: 2017. Disponível em: http://mi.gov.br/documents/3958478/0/II+-+Resposta+-+Livro+Base.pdf/12a3020d-7142-4fd4-a536-7415bc324722</p> <p>COMPLEMENTAR: MINAS GERAIS. Instrução Técnica Operacional nº 33 – Proteção e Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: CBMMG 2022.</p> <p>BRASIL. Resposta: Gestão de Desastres, Decretação, e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil – Livro base. Ministério da Integração Nacional. 1. ed. Brasília: 2017. Disponível em: http://mi.gov.br/documents/3958478/0/II+-+Resposta+-+Livro+Base.pdf/12a3020d-7142-4fd4-a536-7415bc324722</p> <p>BRASIL. Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres. Ministério da Integração Nacional. 5. ed. Disponível em: http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157</p> <p>BRASIL. Portaria 260 – Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-260-de-2-de-fevereiro-de-2022-378040321</p> <p>FERREIRA, Sandro Heleno Gomes. Primazia da Gestão dos Riscos - Novo Paradigma da Proteção e Defesa Civil - (Artigo). Belo Horizonte, 2014.</p>

DISCIPLINA	Identificação e Gerenciamento de Riscos
EMENTA	<p>Riscos Hidrológicos: Conceitos fundamentais referentes a processos e riscos hidrológicos. Planejamento da Drenagem Urbana. Estudo das Chuvas Intensas e relações IDF. Método Racional na Gestão de Microbacias Urbanas. Efeitos da urbanização sobre as enchentes e ocorrência de inundações. Medidas de controle de inundações. Sistema de Simulação e Alerta de Inundações. Novas abordagens em Drenagem Urbana.</p> <p>Riscos Geológicos: Conceitos básicos de Geotecnia. Desastres naturais. Movimentos gravitacionais de massa. Classificação de risco geológico-geotécnico. Caracterização da área (localização, clima, hidrografia, geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso e ocupação). Monitoramento e medidas mitigadoras de ocorrência de movimentos de massa.</p> <p>Riscos Climatológicos: Desastres causados por efeitos do clima, mais especificamente pelo subgrupo seca. Estiagem. Seca. Baixa umidade do ar. Incêndios florestais. Efeitos ambientais e socioeconômicos. Mudanças climáticas e insegurança alimentar. Medidas mitigadoras emergenciais e estruturantes. Soluções tecnológicas. Comunidades resilientes.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA</p> <p>BRASIL. Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais. Ministério das Cidades - Secretaria de Programas Urbanos. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/Curso_Gestao_apostila.pdf</p> <p>BRASIL, 2007. Ministério das Cidades / IPT. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios. C. S. Carvalho, E. S. Macedo e A. T. Ogura, organizadores. Disponível em: http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/mapeamento.pdf</p> <p>IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Plano Estadual de Convivência com a Seca. Fortaleza, 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2015/02/Plano_Convivencia_com_a_Seca_02_03_2015.pdf</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 11682: Estabilidade de Encosta. Rio de Janeiro, 2009.</p> <p>MINAS GERAIS. Instrução Técnica Operacional nº 33 – Proteção e Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: CBMMG 2022.</p> <p>Fundação Geo-Rio, 2014. Manual Técnico de Encostas. Disponível em: rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/11237273/4283579/Cap1ManualTecnico.pdf</p> <p>BANCO MUNDIAL. Avaliação de Perdas e Danos: Inundações Bruscas em Santa Catarina - Novembro de 2008. Brasília: Banco Mundial, 2012. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Inundaes-Bruscas-em-Santa-Catarina.pdf</p>

	<p>SAUSEN, T. M.; NARVAES, I. da S. Desastres Naturais e Geotecnologias: Inundação. Caderno Didático N°7, Santa Maria, RS, 2013. Disponível em: http://mtc-m16d.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m19/2013/03.28.11.24/doc/publicacao.pdf</p> <p>MINAS GERAIS. Instrução Técnica Operacional nº 33 – Proteção e Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: CBMMG 2022.</p>
DISCIPLINA	Geoprocessamento e Mapeamento em PDC e Vistorias técnicas em áreas de risco
EMENTA	<p>Módulo I: Geoprocessamento e Mapeamento aplicados à PDC</p> <p>Noções básicas de cartografia; leitura, interpretação e produção de dados espaciais. Introdução e princípios básicos de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e de geoprocessamento aplicados à gestão pública com enfoque na gestão de riscos e na prevenção, mitigação e resposta a desastres. Aplicação do Geoprocessamento à gestão pública.</p> <p>Módulo II: Vistorias técnicas em áreas de risco</p> <p>Planejamento e aplicação de ferramentas diagnósticas em locais sob risco. Planejamento no escritório para visita técnica. Identificação do risco, identificação do local a ser vistoriado - descrição e registro fotográfico.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA</p> <p>CUNHA, Abílio Joaquim Pimenta da; LIMA, Nelson Araújo; SOUZA, Vicente Custódio Moreira de . Acidentes estruturais na construção civil, volume I. 1ª Edição, Editora Pini Ltda, 1996. Disponível em: https://dokumen.tips/documents/acidentes-estruturais-na-construcao-civil-volume-1pdf.html?page=1</p> <p>INSTITUTO DE ENGENHARIA. Diretrizes Técnicas de Engenharia Diagnóstica em Edificações. Disponível em: https://www.institutodeengenharia.org.br/site/wp-content/uploads/2017/10/arqnot8482.pdf.</p> <p>MINISTÉRIO DAS CIDADES. Capacitação em Mapeamento e Gerenciamento de Risco. Disponível em http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/mapeamento/mapeamento-grafica.pdf</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>MINAS GERAIS. Instrução Técnica Operacional nº 33 – Proteção e Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: CBMMG 2022.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Apostila de Introdução ao SIG. Belo horizonte. 2015. Disponível em: https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Apostila-de-Introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-SIG-Proplan-2015.pdf</p> <p>ROSA, Roberto. Introdução do Geoprocessamento. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Jun/2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5551878/mod_resource/content/2/Apostila_Geop_rosa.pdf</p>

	<p>CPRM. Manual de Mapeamento de Perigo e Risco a Movimentos Gravitacionais de Massa – Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Desastres Naturais – Projeto GIDES. CPRM - Coordenação: Jorge Pimentel e Thiago Dutra dos Santos. – Rio de Janeiro: CPRM/SGB – Serviço Geológico do Brasil, 2018; Versão 1. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/Volume1-ManualTecnicoParaMapeamentodePerigoeRiscoaMovimentos_CPRM.pdf</p> <p>MARCHEZINI, V., Iwama, A. Y., MAGALHÃES DE ANDRADE, M. R., TRAJBER, R., ROCHA, I., & OLIVATO, D. (2017). Geotecnologias para prevenção de riscos de desastres: usos e potencialidades dos mapeamentos participativos. Revista Brasileira de Cartografia, 69 (1). Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/44035</p>
DISCIPLINA	Elaboração e Gestão de Projetos de PDC, Medidas Estruturais e Não-Estruturais em PDC
EMENTA	<p>Módulo I: Elaboração e Gestão de Projetos de PDC</p> <p>Conceito de projeto; Identificação do projeto; Metodologia de elaboração de projetos; Estrutura e etapas de construção do projeto; Análise de projetos; Estudo de viabilidade econômica, financeira social e ambiental. Conhecer e reproduzir os principais projetos de Proteção e Defesa Civil nas escolas e comunidades em vigência no Brasil.</p> <p>Módulo II: Medidas Estruturais e Não-estruturais</p> <p>Diferenciação entre medidas estruturais e não estruturais. Exemplos de medidas estruturais para Gestão de Risco de Desastres. Origem de recursos. Ações elegíveis e não elegíveis. Medidas não estruturais.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA</p> <p>CONSALTER, M. A. S. Elaboração de projetos: da introdução à conclusão. Curitiba: IBPEX, 2006. MARINO, Eduardo. Manual de avaliação de projetos sociais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 110 p. : ISBN 85-02- 04168-1</p> <p>TENÓRIO, F. G. Elaboração de Projetos Comunitários: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1991.</p> <p>BELO HORIZONTE. Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR). Disponível em https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pear-areas-de-risco</p> <p>PINHEIRO, Eduardo Gomes. Gestão Pública para a redução de desastres. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2015.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>TUCCI, C. E. M. Gestão de Águas Pluviais Urbanas. Saneamento para todos. Brasília, 2005. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/285/o/Gest%C3%A3o_de_Aguas_Pluvia_is_.PDF?1370615799</p>

	<p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Procedimento Operacional Padrão 23: Plano de Contingência. Belo Horizonte: CBMMG, 2022.</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Procedimento Operacional Padrão 22: Treinamento e Simulado de PDC. Belo Horizonte: CBMMG, 2022.</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Procedimento Operacional Padrão 21: Criação e operacionalização de COMPDEC. Belo Horizonte: CBMMG, 2022.</p> <p>BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. [Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm</p>
--	---

DISCIPLINA	Metodologia da Pesquisa Científica aplicada à PDC
EMENTA	Diferentes abordagens metodológicas aplicadas à Proteção e Defesa Civil e suas particularidades. Produção de textos técnico-científicos: projetos, artigos científicos, ensaios, relatórios técnicos, mapeamentos. Normas Técnicas (ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas). Organização do trabalho acadêmico.
BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA</p> <p>FRANÇA, Junia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. Belo Horizonte: UFMG, 2014.</p> <p>INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Rede de Bibliotecas. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos. Belo Horizonte: IFMG, 2020. Disponível em: https://www2.ifmg.edu.br/portal/ensino/bibliotecas/manual-de-normalizacao-do-ifmg</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese. Editora Atlas, 2011.</p> <p>AQUINO, Italo de Souza. Como ler Artigos Científicos – da graduação ao doutorado. 3ª Ed. Editora Saraiva, 2012.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MICHAEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa científica em ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de Projetos de Pesquisa - Monografia, Dissertação, Tese e Estudo de Caso, com base em metodologia científica. Editora Cengage Learning, 2012.</p>

DISCIPLINA	Captação de Recursos para aplicação de políticas públicas de PDC
EMENTA	Orçamento público. Plano Plurianual. Lei Orçamentária Anual. Transferências Voluntárias. SICOV. REDE + Brasil.

BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA</p> <p>BRASIL. Lei 14.194, de 20 de agosto de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1267630514/lei-14194-21#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20diretrizes%20para,Ver%20%C3%B3pico%20(1263%20documentos)</p> <p>BRASIL. Sistema de Convênios - SICONV. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://siconv.com.br/</p> <p>BRASIL. Lei 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da União para 2020 a 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Instrução Técnica Operacional nº 33. Belo Horizonte: CBMMG 2022.</p> <p>BRASIL. Portaria MDR 3.003, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020, Define procedimentos a serem adotados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos estados, Distrito Federal e municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de recuperação em áreas atingidas por desastres. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-3.033-de-4-de-dezembro-de-2020-292419840</p> <p>BRASIL. Curso Básico em Orçamento Público – Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: https://www.escolavirtual.gov.br/curso/115</p> <p>Manual do treinamento Plataforma + Brasil. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/1.1_Manual_Pesquisador_-_Vers%C3%A3o_3.3.PDF</p> <p>Decreto N 10.593, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020, dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres</p>
	DISCIPLINA
EMENTA	

	<p>Áreas de risco e características da população nessas áreas. Compreensão dos vínculos sociais e participação comunitária. Tecnologias sociais para redução do risco de desastres. Identificação dos atores sociais e formação de redes. Estratégias de mobilização. Estratégias de sensibilização.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA</p> <p>ONU. Como Construir Cidades Mais Resilientes - Um Guia para Gestores Públicos Locais. Genebra, novembro de 2012. Disponível em: https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/assets/toolkit/documents/Hanbook%20for%20local%20government%20leaders%20%5B2017%20Edition%5D_PT_Jan2019.pdf</p> <p>BRASIL. Construindo Cidades Resilientes 2030. Disponível em <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/cidades-resilientes></p> <p>CEPED - UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, Universidade Federal de Santa Catarina. Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres/ [Organização Janaína Rocha Furtado]. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2015. Disponível em: https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/12/Guia-de-Mobilizacao-Final-2.pdf</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>Ferreira, D., Albino, L., & Freitas, M. C. C. (2011). Participação popular na prevenção e enfrentamento de desastres ambientais: resultado de um estudo piloto em Santa Catarina, Brasil. Revista Geográfica de América Central, 2 (47E). Disponível em: https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2530</p> <p>Marchezini, V., & Forini, H. A. (2019). Dimensões sociais da resiliência a desastres. Redes, 24 (2), 9-28. https://doi.org/10.17058/redes.v24i2.13000. DOI: https://doi.org/10.17058/redes.v24i2.13000</p> <p>SÃO PAULO. Redução de Risco de Desastres – Uma construção de resiliência local. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil de São Paulo. 2016. Disponível em: https://igc.usp.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/6/2018/11/Reducao_de_Risco_de_Desastres_Uma_Constr.pdf</p> <p>FBB. Tecnologia Social na Fundação Banco do Brasil: Soluções para o Desenvolvimento Sustentável. Banco de Tecnologias Sociais. Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.fbb.org.br</p> <p>Santos, E. G., & Ribeiro, M. A. T. (2020). A gestão de risco e a participação da comunidade moradora de áreas vulneráveis. New Trends in Qualitative Research, v.4. http://dx.doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.217-229</p>

DISCIPLINA	Gestão em Desastres: Sistema de Comando de Operações, Abrigos Humanitários, Acolhida em Desastres e Comunicação Social em Emergência e Desastres
EMENTA	<p>Módulo I: Sistema de Comando em Operações</p> <p>Introdução ao Sistema de Comando de Operações (SCO); histórico do SCO; funções no SCO; formulários de SCO; instalações de SCO; simulados de PLANCON com SCO.</p> <p>Módulo II: Abrigos Humanitários, Acolhida em Desastres e Comunicação Social em Emergência e Desastres</p> <p>Definição de abrigos humanitários; locais para instalação de abrigos humanitários; estruturas logística e social para instalação de abrigos humanitários; definição de acolhida humanizada; reagrupamento familiar; importância da comunicação social em desastres; media training; redes sociais e comunicação em desastres.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>BÁSICA</p> <p>CEPED/RS - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Capacitação em Gestão de Risco de Desastres. Porto Alegre: CEPED/UFRGS, 2014. 257p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Carlos-Silva-Filho/publication/322801189_Capacitacao_em_gestao_de_riscos/links/5a70a5a8458515015e63f115/Capacitacao-em-gestao-de-riscos.pdf</p> <p>GANEM, R.S. Gestão de desastres no Brasil. Estudo. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados, Anexo III, Praça dos 3 Poderes, Brasília-DF. 2012. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema14/2012_16213.pdf</p> <p>UNITED NATIONS. ISDR. Guidelines: National Platforms for Disaster Risk Reduction. UN/ISDR-03-2007-Geneva. Disponível em http://www.eird.org/cdmah/contenido/engguidelinesnpdrr.pdf</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>STRATEGIC PLAN. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Acesso em 06/02/2022. Disponível em https://www.unocha.org/sites/unocha/files/OCHA%202018-21%20Strategic%20Plan.pdf</p> <p>INFORMATION MANAGEMENT TOOLKIT. Field Information and Coordination Support Section, Division of Programme Support and Management, UNHCR Headquarters, Geneva. Acesso em 06/02/2022. Disponível em https://im.unhcr.org/imtoolkit/chapters/view/minimum-sectoral-data-b/lang:eng</p> <p>MINAS GERAIS. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Instrução Técnica Operacional 01. MG 2015 ed.2. Disponível em: https://www.bombeiros.mg.gov.br/storage/files/shares/legislacaoantiga/IT_01_6_ed_portaria_22_2015.pdf</p>

	<p>UNHCR Pocket Guide for refugee emergency responders. UNHCR Headquarters, Geneva. Acesso em 06/02/2022. Disponível em <https://emergency.unhcr.org/topic/167778/preparedness></p> <p>BRASIL. Capacitação em Proteção e Defesa Civil. Proteção e Defesa Civil: gestão do desastre. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 1ª Ed. 2022</p>
<p>COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO</p>	<p>Trabalho de Conclusão de Curso</p>
	<p>Elaboração de monografia ou produto e artigo científico sob supervisão de orientador definido pela Coordenação de Curso envolvendo temas relacionados com os eixos temáticos do curso. Orientação na elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso. Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos da ABNT.</p>

APÊNDICE B – CALENDÁRIO DO CURSO

O planejamento com a organização curricular ao longo do curso é apresentado esquematicamente no Quadro 3 abaixo. A numeração das semanas (1 a 40) refere-se às semanas letivas do período anual do curso.

O TCC poderá ser iniciado a qualquer momento após a Semana 21 do Ano 1, simultaneamente às disciplinas cursadas e deverá ser integralizado e aprovado, preferencialmente, até a Semana 40 do Ano 1. Este calendário será atualizado e disponibilizado na página eletrônica do curso após a divulgação do calendário escolar de 2024 do campus Santa Luzia. A página eletrônica do curso será atualizada constantemente com informações sobre calendário e prazos e deverá sempre ser consultada pelos docentes.

Quadro 3 – Calendário acadêmico esquemático.

ANO 1 DO CURSO	
Semana 1 SET/23	Início do curso: Ambientação Moodle
Semana 3 SET/23	Início das aulas: Introdução à PDC
Semana 6 OUT/23	Identificação e Gerenciamento de Riscos
Semana 12 NOV/23	Geoprocessamento e Mapeamento aplicados À PDC e Vistorias Técnicas em áreas de risco
Semana 15 DEZ/23	Construindo cidades resilientes, Gestão em rede e participação comunitária em PDC
FEV/24	Férias docentes
Semana 21 2024	Metodologia da pesquisa científica aplicada à PDC
Semana 24 2024	Captação de recursos para aplicação de políticas públicas de PDC
Semana 28 2024	Elaboração e Gestão de Projetos em PDC e Medidas Estruturais e não Estruturais em PDC
Semana 34 2024	Gestão em Desastres: Sistemas de Comando de Operações , Abrigos Humanitários, Acolhida em Desastres e Comunicação Social em Emergência e Desastres
Semanas 37 a 40 2024	Bancas de Defesa de TCC
ANO 2 DO CURSO	
2024	Caso necessário, prorrogação de matrícula para elaboração de TCC ou Disciplinas em Dependência

Fonte: os próprios autores